



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI PAULO**  
**RELATÓRIO DE CONVÊNIOS QUE NÃO ENVOLVAM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS**  
**2023**

<b>NOME DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ANO</b>	<b>OBJETO DO CONVÊNIO/REPASSE</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONVÊNIO</b>	<b>OBRIGAÇÕES AJUSTADAS</b>
Ministério Público do Estado de Sergipe	2024	Termo de Convênio Celebrado entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Frei Paulo Visando a Cessão de Servidor para Desempenhar suas Funções junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe Clique <a href="#">aqui</a> para mais detalhes	01/04/2024 A 31/12/2024	<b>CLÁUSULA PRIMEIRA:</b> O objetivo do presente Convênio é a cessão da servidoria pública municipal Veronica Pereira Da Cruz do Quadro de Pessoal da referida Prefeitura, a fim de desempenhar as funções junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir de 01 de abril de 2024.  <b>CLÁUSULA SEGUNDA:</b> A servidora desempenhará suas funções na unidade ministerial designada por ato do Procurador-Geral de Justiça.  <b>CLÁUSULA TERCEIRA:</b>  I – Das obrigações do Servidor:  A) - Atender, com presteza, as determinações do(a) Promotor(a) de Justiça; B) - Observar os deveres de assiduidade, pontualidade,

				<p>probidade e lealdade;</p> <p>C) – Manter sigilo sobre as matérias afetas à Promotoria de Justiça;</p> <p>D) Cumprir os horários e dias de expediente determinados pelo(a) Promotor(a) de Justiça, encaminhando, até o dia 05 de cada mês, a frequência mensal à Diretoria de Recursos Humanos;</p> <p>E) Tratar todas as partes com urbanidade.</p>
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	2023	<p>Convênio que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Prefeitura Municipal de Frei Paulo/SE</p> <p>Clique <a href="#">aqui</a> para mais detalhes</p>	<p>O presente Convênio vigorará pelo prazo de 05 (Cinco) Anos, a contar o ato de sua assinatura.</p> <p>20/09/2023 a 20/09/2028</p>	<p><b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b> – O presente Convênio tem por objeto o apoio administrativo entre os Convenientes, com a cooperação da Prefeitura na cessão de servidores municipais, para atuarem na área administrativa deste Poder Judiciário, bem como a colocação de estagiários à disposição deste Tribunal, mediante conhecimento da Diretoria de Gestão de Pessoas. Parágrafo Único - Quando o Tribunal de Justiça de Sergipe regulamentar/normatizar o quantitativo de estagiários cedidos, os excedentes, deverão ser imediatamente devolvidos ao Município cedente.</p> <p><b>CLAÚSULA SEGUNDA – DA CESSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL</b> – A Prefeitura se compromete a colocar à disposição do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe servidores municipais para o exercício de atividade meio (agentes de serviços gerais, agentes administrativos, recepcionistas, telefonistas, vigilantes, etc), com ônus para o Município.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> – O recrutamento, a seleção e os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos referidos servidores, correrão por conta da Prefeitura Municipal.</p>

				<p><b>Parágrafo Segundo</b> – Quando, por inadequação funcional, o servidor for devolvido pelo Tribunal de Justiça ao órgão de origem, a Prefeitura se compromete a substituí-lo por outro, para o exercício de igual função.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro</b> – Os servidores indicados à cessão, deverão possuir formação e qualificação necessárias para o exercício das atividades que irão desempenhar.</p> <p><b>CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE ESTAGIÁRIO</b> – A Prefeitura se compromete a colocar à disposição do Tribunal de Justiça de Sergipe acadêmicos das áreas de interesse deste Poder.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> – Os estagiários serão selecionados, recrutados e entrevistados pelo Juiz de Direito da Comarca ou Distrito, que oportunamente os encaminhará à Prefeitura para a necessária admissão e providências administrativas.</p> <p><b>Parágrafo Segundo</b> – Os estagiários ficarão subordinados ao Juiz de Direito da Comarca ou Distrito, que substituirá e representará o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no acompanhamento e fiscalização do estágio.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro</b> – O estagiário desenvolverá tarefas de atendimento ao público e de práticas atinentes à sua formação.</p> <p><b>Parágrafo Quarto</b> – A Prefeitura manterá ficha cadastral dos estagiários atualizadas com todas as informações necessárias.</p> <p><b>Parágrafo Quinto</b> – O Juiz de Direito da Comarca ou Distrito poderá solicitar a substituição dos estagiários, quando o</p>
--	--	--	--	---

				<p>desempenho de suas atuações não for satisfatório</p> <p><b>Parágrafo Sexto</b> – O estágio terá o período de um 01 (um) ano, podendo ser renovado, desde que haja anuência de ambas as partes, respeitada a legislação pertinente.</p> <p><b>Parágrafo Sétimo</b> – Os estagiários serão desligados automaticamente ao concluírem o curso de graduação.</p> <p><b>Parágrafo Oitavo</b> – O estagiário deverá cumprir uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, dentro do horário normal de funcionamento do Fórum.</p> <p><b>Parágrafo Nono</b> – A Prefeitura concederá ao estagiário uma ajuda financeira denominada bolsa-auxílio, cujo valor será estipulado pelo Cedente e do qual serão descontadas as faltas injustificadas.</p> <p><b>Parágrafo Décimo</b> – Correrá por conta da Prefeitura o pagamento de seguro de vida e contra acidentes, em favor dos estagiários.</p> <p><b>Parágrafo Décimo Primeiro</b> - A Prefeitura, pelo presente instrumento, declara que os estagiários serão colocados à disposição do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe com a situação acadêmica (comprovação de matrícula e frequência no Curso) inteiramente regular.</p> <p><b>CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL</b> – Para a execução do objeto do presente Convênio, a Prefeitura se compromete a ceder, com ônus para a origem, servidores e estagiários, objetivando uma melhor prestação jurisdicional e administrativa, afetas ao bom</p>
--	--	--	--	--

				<p>funcionamento do Poder Judiciário.</p> <p><b>CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO – Ao PODER JUDICIÁRIO compete:</b></p> <p>a) Proporcionar treinamento específico aos servidores cedidos, capacitando-os para as funções que irão exercer;</p> <p>b) Selecionar estudantes universitários para atuarem como estagiários.</p> <p>c) Fornecer mensalmente à Prefeitura a folha e aproveitamento dos estagiários até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p> <p><b>CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –</b> As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta do Orçamento da Prefeitura.</p> <p><b>CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR –</b> O Tribunal de Justiça de Sergipe define o(a) Diretor(a) do Fórum da Comarca de Frei Paulo como gestor(a) técnico-operacional e a SETEST como gestora técnica-administrativo do presente Convênio (quanto aos conveniados - estagiários à disposição deste Tribunal) e a DIVIALA (quanto à cessão de servidores municipais);</p> <p><b>Parágrafo primeiro</b> – caberá à gestão técnico-operacional o controle e execução do presente Convênio, em todas as suas fases, efetuando as comunicações que julgue necessárias, de modo a dar fiel cumprimento às cláusulas e condições acordadas.</p> <p><b>Parágrafo segundo</b> - o desligamento dos estagiários será através do encaminhamento da informação da data de</p>
--	--	--	--	--

				<p>desligamento através do SEI ao Setor de Estágio.</p> <p><b>Parágrafo terceiro</b> - caberá à gestão técnico-administrativa o controle da vigência, comprometendo-se a comunicar a proximidade do prazo fatal à CONLIC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 12 da IN 01/2012 TJSE, para fins de renovação ou formalização de novo instrumento convenia</p>
--	--	--	--	---

Data da última atualização: 10 de julho de 2024